



Acção Colectiva para a
Cidadania Digital

RELATÓRIO NARRATIVO

1.º SEMESTRE DE 2026

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório documenta os progressos registados na implementação do Plano de Actividades da CIBERCIDADÃOS durante o primeiro semestre de 2026. O período foi marcado pela criação de bases institucionais da Organização, propiciando a sua afirmação no debate público sobre cidadania e direitos digitais em Moçambique.

No domínio institucional, destacam-se os avanços no processo de formalização, a elaboração do Plano Estratégico, das políticas internas e de outros instrumentos de governação e gestão. Foram igualmente criadas plataformas próprias de comunicação, que permitiram ampliar a presença pública da Organização e assegurar a divulgação regular das suas iniciativas. No plano programático, a CIBERCIDADÃOS desenvolveu acções de educação pública, produção de conhecimento e advocacia sobre cibersegurança, protecção de dados pessoais, liberdade de expressão, desinformação, segurança infantil e acesso à internet. A produção de conteúdos, os webinários, os posicionamentos públicos e a participação em debates contribuíram para integrar a perspectiva dos direitos humanos nas discussões sobre a transformação digital no país.

Foram também estabelecidas parcerias, realizados contactos com potenciais financiadores e submetidas propostas de projectos. Apesar das limitações financeiras e da execução parcial de algumas actividades, os resultados alcançados reforçaram as bases de funcionamento da Organização, ampliaram o seu posicionamento institucional e geraram aprendizagens importantes para a implementação das acções previstas para o período seguinte.

2. Sobre a CIBERCIDADÃOS

VISÃO: A CIBERCIDADÃOS acredita num ecossistema digital onde todas as pessoas exercem e cultivam os direitos humanos de forma livre, consciente, informada, segura, responsável e plural.

MISSÃO: Construir uma sociedade digital em que os cidadãos exercem plenamente os seus direitos, liberdades e responsabilidades no espaço tecnológico e informacional.

VALORES

Dignidade humana;

Direitos Humanos e justiça social;

Inclusão e equidade digital;

Responsabilidade e ética digital;

Cidadania digital activa;

Transparência e integridade digital;

Solidariedade e cooperação.

3. SÍNTESE DO DESEMPENHO SEMESTRAL

Actividade	Área	Acções desenvolvidas	Estágio
1	Formalização institucional	Publicação dos estatutos concluída; certidão definitiva e NUIT pendentes	Em curso
2	Conta bancária institucional	Dependente da certidão definitiva e do NUIT	Pendente
3	Instrumentos de gestão	7 produzidos e 1 em finalização (87%)	Em curso
4	Podcasts educativos	Acordo para produção mensal; início previsto no segundo semestre	Em preparação
5	Flyers educativos	Produzidos 17 dos 104 planificados (16,4%)	Em curso
6	Conteúdos analíticos	3 conteúdos publicados	Realizada
7	Webinários	2 de 3 realizados (66,7%)	Em curso
8	Participação em debates	5 eventos	Realizada
9	Parcerias institucionais	1 parceria formalizada e outras discussões iniciadas	Em curso
10	Reuniões exploratórias	Pelo menos 3 reuniões	Realizada
11	Mapeamento de financiadores	10 potenciais doadores	Realizada
12	Registo em sistemas de doadores	1 plataforma indicada	Em curso
13	Propostas de financiamento	2 de 4 propostas (50%)	Em curso
14	Nota analítica anual	Transitada para o segundo semestre	Pendente
15	Vídeos	1 produzido e 7 iniciados, segundo o texto da actividade	Em curso
16	Boletins informativos	Realização não quantificada no texto disponível	A validar

4. CONTRIBUIÇÃO DAS ACTIVIDADES PLANIFICADAS POR RESULTADOS

4.1. Matriz de resultados do objectivo 1: *Consolidar o processo de formalização institucional*

RESULTADOS	INDICADORES	ACTIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Resultado 1. Organização formalmente estabelecida nos termos da legislação moçambicana	Processo de formalização institucional concluído	Actividade 1. Concluir o processo de formalização da organização, incluindo a obtenção da certidão definitiva, a publicação dos estatutos no Boletim da República e a atribuição do NUIT.	Certidão definitiva; cópia do Boletim da República; comprovativo de atribuição do NUIT.
	Conta bancária institucional aberta	Actividade 2. Proceder à abertura da conta bancária institucional.	Declaração bancária; comprovativo de abertura da conta.
Resultado 2. Desenvolvidos instrumentos institucionais de gestão em consonância com os princípios de boa governação organizacional	Número de instrumentos institucionais de gestão elaborados e validados	Actividade 3. Elaborar o Plano Estratégico, o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros e as políticas internas da organização.	Plano Estratégico; Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros; políticas internas aprovadas; actas ou registos de validação.
	Mecanismos de adesão e contribuição dos membros estabelecidos	Actividade 4. Elaborar os instrumentos de adesão de membros e de regulamentação do pagamento de quotas e jóias.	Directriz e ficha de adesão; instrumento de regulamentação de quotas e jóias; formulário digital de adesão.

4.2. Resultado 1. *Organização formalmente estabelecida nos termos da Lei moçambicana*

- **Actividade 1. Concluir processo de formalização da organização (certidão definitiva, publicação dos estatutos no BR e NUIT)** - A CIBERCIDADÃOS deu continuidade ao processo de formalização institucional, assegurando a publicação dos seus estatutos no *Boletim da República*. A emissão da certidão definitiva e a obtenção do NUIT permanecem pendentes, estando condicionadas à realização da escritura pública prevista para Agosto. No domínio da governação, foi realizada a Assembleia Geral Constituinte e Eleitoral, que permitiu instituir formalmente os órgãos sociais da organização.

Paralelamente, foram criados o website institucional, a página no Facebook (**Vide a página [aqui](#)**) e a comunidade no WhatsApp, reforçando a presença pública e os canais de comunicação da organização. Estes progressos consolidaram as bases jurídicas, de governação e de comunicação da CIBERCIDADÃOS, sendo a conclusão dos procedimentos ainda pendentes essencial para a sua plena operacionalização institucional e administrativa.

As acções realizadas contribuíram para o alcance do Resultado 1, ao consolidarem as bases jurídicas, de governação e de comunicação da CIBERCIDADÃOS. A publicação dos estatutos no *Boletim da República* e a constituição dos órgãos sociais conferiram legitimidade e estrutura ao seu funcionamento. A criação dos canais institucionais reforçou igualmente a sua presença pública: entre Março e Junho de 2026, a página no Facebook registou **416** interacções, enquanto a publicação sobre a eleição dos órgãos sociais alcançou 932 visualizações e **418** espectadores, dos quais **81,4%** não eram seguidores. A conclusão da formalização ficou temporariamente condicionada pela ausência do País de um dos membros fundadores, cujo regresso, previsto para o segundo semestre, permitirá finalizar a escritura pública, obter a certidão definitiva e o NUIT. Estes avanços fortaleceram a capacidade institucional e criaram condições concretas para a plena operacionalização da organização.

- **Actividade 2. Abertura da conta bancária institucional** – Trata-se de uma actividade de continuidade, cuja implementação está articulada com as etapas finais do processo de formalização, em particular a emissão da certidão definitiva e do NUIT. A sua materialização, que permitirá consolidar os mecanismos

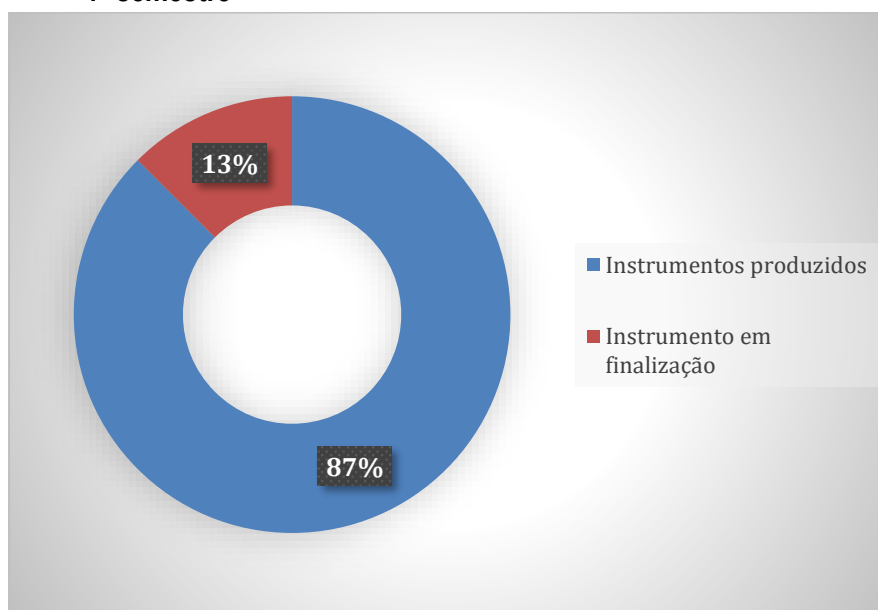
administrativos e operacionais já estabelecidos, reforçando as condições para o pleno funcionamento e crescimento sustentável da organização, continua dependente da presença física de um dos membros da Organização, no segundo semestre do ano em curso.

4.3. Resultado 2. Desenvolvidos instrumentos institucionais de gestão em consonância com os princípios de boa governação organizacional

- **Actividade 3. Elaborar Plano Estratégico, Manual de procedimentos Administrativos e Financeiro e políticas internas da Organização** - No âmbito desta actividade, foi elaborado o Plano Estratégico da CIBERCIDADÃOS, actualmente em fase de finalização, após a incorporação de contribuições dos membros, com aprovação prevista para 24 de Julho de 2026. O documento resulta de um processo participativo, sustentado por debates e webinários promovidos pela organização, reflexões individuais e colectivas desenvolvidas durante o processo constitutivo e diálogos com especialistas em segurança digital e cidadãos, enquanto utilizadores das Tecnologias de Informação e Comunicação. Esta abordagem permitiu construir um instrumento alinhado com os desafios do contexto digital e com as prioridades institucionais, reforçando a orientação estratégica e as bases para uma actuação consistente e sustentável (**Vide o Plano Estratégico em anexo**).

Foram, igualmente, elaboradas e validadas as políticas de (i) género, (ii) PSEA; (iii) anti-fraude e anti-corrupção; (iv) protecção da criança; (v) e a política de protecção de dados pessoais ao nível interno (**Vide os documentos no final do [website](#)**). Igualmente, foi iniciada a produção do manual de procedimentos Administrativos e Financeiros, estando, actualmente, em processo de finalização para posterior partilha e discussão. Com a elaboração destes documentos, a actividade foi materializada em **87%**, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 1. Nível de produção de instrumentos de gestão institucional no 1º semestre



De referir que, tanto o PE quanto as políticas e demais instrumentos projectados no presente resultado, foram elaborados com recurso ao expertise interno, dada a situação emergente que caracteriza a Organização (Organização recentemente criada e sem recursos financeiros para a contratação de

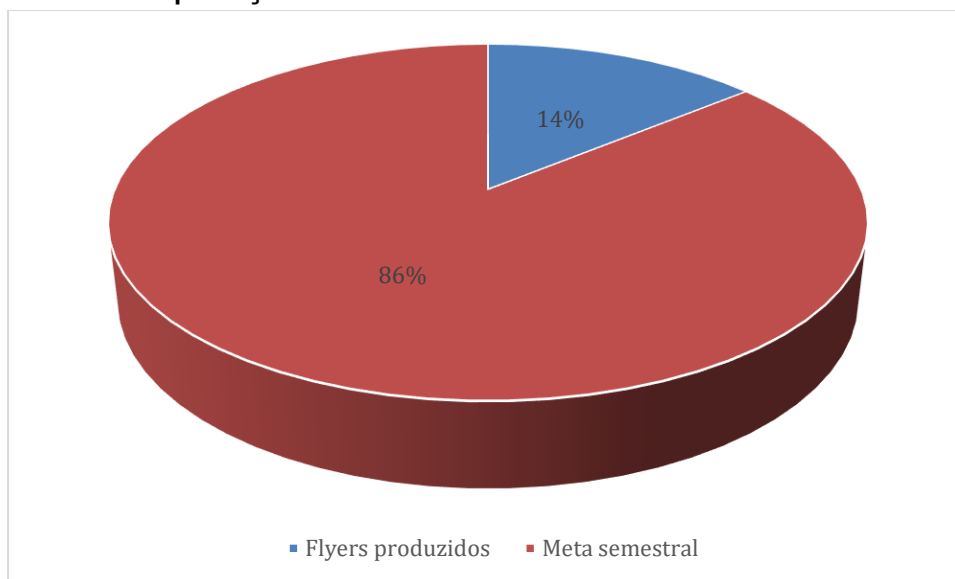
consultores para o efeito). A par destes documentos, foi também produzida uma directriz de adesão de novos membros da organização. Trata-se de um instrumento que prevê, entre outros aspectos, a tipologia/categoria dos membros e as responsabilidades sob ponto de vista de quotização e pagamento de jóias. Além da circulação física, o instrumento/ficha foi adaptada em formato online (google form), para facilitar o processo de adesão e arquivo de dados. Importa referir que, a par da ficha de adesão de membros, o plano previa a elaboração do regulamento de pagamento de quotas e jóias. Todavia, este aspecto foi incluindo na ficha de adesão, dispensando-se, desta forma, a produção de um documento independente para a regulamentação das contribuições financeiras (**Vide o formulário [aqui](#)**).

4.4. Matriz de resultados do objectivo 2: *Promover a visibilidade e o posicionamento da organização no debate público sobre cidadania digital*

RESULTADO	INDICADORES	ACTIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Dinamizada a produção e difusão de conteúdos educativos sobre cidadania digital e direitos humanos	Número de conteúdos produzidos e difundidos; número de internautas alcançados e respectivas reacções	Actividade 4. Produzir e divulgar cinco episódios de podcast educativos e de reflexão pública sobre cidadania digital e direitos humanos.	Podcasts publicados nas plataformas digitais da organização.
	Número de conteúdos produzidos e difundidos; número de internautas alcançados e respectivas reacções	Actividade 5. Produzir e publicar pelo menos 104 (52 semestralmente) flyers educativos por semana sobre ética digital, literacia digital e combate à desinformação.	Publicações nas plataformas digitais da organização; dados de alcance e interacção.
	Número de conteúdos produzidos e difundidos; número de internautas alcançados e respectivas reacções	Actividade 6. Publicar artigos de opinião e policy briefs sobre cidadania digital.	Artigos, policy briefs e posicionamentos publicados nas plataformas digitais da organização.

5.5. Resultado 3: *Dinamizada a produção e difusão de conteúdos educativos sobre cidadania digital e direitos humanos*

- **Actividade 4. Produzir e divulgar 05 episódios de podcast educativos e de reflexão pública sobre cidadania digital e dos direitos humanos** – Durante o semestre, foram iniciadas negociações com proprietários de estúdios para a produção inicial destes conteúdos a custo zero. Este processo resultou no acordo com a empresa COMUNIQ, que se predispõe a oferecer numa primeira fase um podcast mensal, com a duração de 30 minutos. Decorre, igualmente, o processo de planificação temática e de arrolamento de possíveis convidados de cada edição. Foram igualmente definidas a produtora e a respectiva moderadora (Leia Chingubo e Silaide Mutemba, respectivamente). A produção dos conteúdos inicia no segundo semestre do corrente ano.
- **Actividade 5. Produzir e publicar pelo menos 104 flyers educativos sobre ética digital, literacia digital e combate à desinformação** – Durante o primeiro semestre, foram produzidos e publicados **17 flyers**, correspondentes a cerca de **16% da meta anual**. Mantido este ritmo, a meta de 104 conteúdos dificilmente será alcançada até ao final do ano, exigindo a produção dos **87 flyers remanescentes** e o reforço da frequência das publicações no segundo semestre. Este desempenho deve, contudo, ser interpretado considerando que o Plano foi elaborado apenas em meados do semestre, após a constituição formal da organização, reduzindo o período efectivo de execução. À luz da meta proporcional do primeiro semestre, fixada em **52 flyers**, os 17 conteúdos representam uma realização de aproximadamente **33%**.

Gráfico 2. Grau de produção e difusão de conteúdos educativos no 1º semestre

Como resultado imediato dos conteúdos publicados, aumentou a disponibilidade e a diversidade de informação educativa acessível ao público sobre segurança e privacidade digital, protecção de contas pessoais, pegada digital e protecção da imagem; direitos digitais, crimes cibernéticos e quadro legal de protecção de dados pessoais; prevenção e combate à desinformação, incluindo a verificação de informações e o caso da síndrome de Koro; democratização do acesso à Internet; e datas comemorativas nacionais e internacionais. A produção permitiu igualmente relacionar a literacia digital com acontecimentos da actualidade e questões concretas do contexto moçambicano. Além do facebook da Organização, os conteúdos foram publicados no whatsapp institucional/comunitário e website. Os conteúdos alcançaram 416 internautas, entre visualizações, cliques, partilhas e comentários (**Vide as publicações [aqui](#)**).

- **Actividade 6. Publicar artigos de opinião e policy briefs sobre cidadania digital** – Foram publicados três conteúdos anaíticos, nomeadamente:

Policy brief sobre o novo quadro legal dos media e as implicações para a liberdade de expressão no ambiente digital em Moçambique - O documento destaca, entre outras questões: (i) o facto de a inclusão de plataformas digitais no sistema de comunicação social, exigir critérios mais precisos para evitar interpretações extensivas que possam abranger actores não profissionais; (ii) Os novos mecanismos de responsabilização, incluindo a responsabilidade solidária e limitações sobre conteúdos sensíveis, poderem induzir práticas de autocensura por parte de plataformas e editores; e (iii) A necessidade de assegurar que a consolidação do novo quadro legal garanta um equilíbrio entre regulação e protecção dos direitos fundamentais, em particular no que respeita ao jornalismo e ao interesse público (**Vide o documento [aqui](#)**).

Posicionamento sobre o debate parlamentar em torno do pacote legislativo de segurança cibernética e de crimes cibernéticos - O documento foi elaborado em parceria com a Associação Moçambicana de Jovens pela Igualdade de Género e o MISA Moçambique, a 23 de Abril de 2026, num contexto em que decorria o debate parlamentar que culminou com a aprovação, na generalidade, dos dois documentos. Tratou-se de uma estratégia para, no curto espaço de tempo na altura existente, de discussão e validação na especialidade, influenciar mudanças nos aspectos críticos identificados. Em síntese, o documento/posicionamento alertou para o risco de o

pacote legislativo ampliar o controlo estatal e os bloqueios das comunicações, favorecer práticas de vigilância, fragilizar a privacidade e a liberdade de expressão e permitir interpretações restritivas devido à ambiguidade de algumas disposições. O documento apontou ainda riscos de militarização da cibersegurança e limitações técnicas e institucionais que podem comprometer a aplicação efectiva da lei e concentrar a responsabilização nos utilizadores locais. Após a submissão do documento, a discussão na especialidade foi adiada por uma semana e meia (**Vide o documento [aqui](#)**).

Apreensão de equipamento informático do jornalista investigativo Estácio Valoi, em Pemba - A CIBERCIDADÃOS emitiu, a 27 de Junho, um posicionamento público sobre o caso do jornalista Estácio Valoi, alertando para os riscos de acesso desproporcional aos dados armazenados no equipamento apreendido pelo SERNIC. A organização reconheceu a legitimidade da investigação criminal, mas recomendou que qualquer diligência respeitasse os princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade, assegurando supervisão judicial, protecção da privacidade, das fontes jornalísticas e de informações não relacionadas com o processo. Tratou-se de um mecanismo de solidariedade para com o Jornalista e as Organizações defensoras de Jornalistas. O foco da Cibercidadão foi exclusivamente a salvaguarda da segurança digital e protecção de dados contidos nos dispositivos apreendidos (**Vide o documento [aqui](#)**).

Além da publicação nas plataformas digitais da Organização, Facebook, Website, Comunidade do Whatsap e Instagram, o posicionamento foi noticiado pelo jornal online Integrity Magazine, tal como ilustra a imagem abaixo.



Os posicionamentos forneceram argumentos técnicos às organizações da sociedade civil, aos media e aos decisores públicos, contribuindo para maior escrutínio das propostas legislativas e das actuações das autoridades. Embora não seja possível estabelecer uma relação directa, o adiamento da discussão parlamentar na especialidade, após a submissão do posicionamento conjunto, criou espaço adicional para apreciação das preocupações apresentadas. A divulgação dos conteúdos também ampliou a compreensão dos cidadãos sobre privacidade, liberdade de expressão e segurança dos dados, enquanto a repercussão no *Integrity Magazine* reforçou a visibilidade da CIBERCIDADÃOS como importante interlocutor nestas matérias.

4.5. Matriz de resultados do objectivo 3: *Promover reflexão pública sobre cidadania digital e direitos humanos no espaço tecnológico*

RESULTADO	INDICADORES	ACTIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Criados espaços de debate com especialistas e sociedade civil sobre cidadania digital	Número de eventos realizados e participados	Actividade 7. Realizar três webinários sobre cidadania digital, desinformação e direitos digitais.	Programas, relatórios, listas de participantes, registos audiovisuais e publicações dos webinários.
	Número de eventos realizados e participados	Actividade 8. Participar em debates públicos ou eventos relevantes sobre direitos digitais.	Convites, programas, apresentações, relatórios, registos audiovisuais e publicações dos eventos.

4.6. Resultado 4: *Criados espaços de debate com especialistas e sociedade civil sobre a temática de Cidadania Digital.*

- **Actividade 7. Realizar 3 webinários sobre cidadania digital, desinformação e direitos digitais –** Foram realizados 02 dos 03 webinários planificados para o presente ano. O primeiro, em Abril, subordinado ao tema “O Quadro regulatório de cibersegurança em Moçambique: Desafios e implicações para o exercício de direitos e liberdades”, juntou mais de 30 participantes, entre representantes de instituições académicas, sociedade civil, sector privado, estudantes e servidores públicos.

No rol dos painelistas, o evento contou com o representante da Associação Moçambicana das Empresas de Tecnologias de Informação e Comunicação – AMPETIC (Engenheiro Delsio Cabá – também representante da Webmasters), O Director do Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane, Dr. Luís Neves Cabral e o Jurista e consultor Emídio Guambe. Entre as principais recomendações apresentadas, destacam-se a ratificação da Convenção de Budapeste, como forma de reforçar a investigação e a cooperação no combate aos crimes cibernéticos transnacionais. Foi igualmente recomendada a revisão do regime de punição da tentativa de crime, de modo a abranger adequadamente os casos em que a infracção não se consumasse por desistência do agente, intervenção da vítima ou outros factores.

O evento recomendou ainda a revisão das disposições relativas às apreensões sem mandado judicial, mediante a definição de critérios de necessidade e proporcionalidade, mecanismos de controlo e salvaguardas da privacidade, dos dados pessoais e do sigilo profissional. Propôs também a exclusão da possibilidade de eliminação irreversível dos dados apreendidos, a exigência de autorização judicial prévia para a intercepção de comunicações e a garantia de acesso da defesa às informações espontaneamente partilhadas, assegurando o contraditório e o princípio ne bis in idem.

O segundo webinário, realizado a 6 de Maio de 2026, debateu “**A possibilidade de uma cidadania digital informada em Moçambique**” e reuniu mais de 40 participantes, dos quais 16 mulheres e 24 homens. Os painelistas Giverage Amaral, Delfina Lázaro e Dércio Tsandzana, sob moderação da Vice-Presidente da CIBERCIDADÃOS, concluíram que, apesar das limitações no acesso à Internet e na literacia digital, o País dispõe de condições para promover uma cidadania digital informada. Perante o aumento da desinformação, da manipulação de conteúdos, dos discursos extremistas e da fragmentação do diálogo, defenderam uma participação digital mais crítica, responsável e consciente.



"Que tipo de cidadão estamos a ser no espaço digital? Estamos preparados para distinguir informação de manipulação?"

Aquílcia Manjate Joaquim – Presidente da CIBERCIDADÃOS, na abertura do webinar sobre “A possibilidade de uma cidadania informada em Mocambique”.

Na sua intervenção, Aquílcia Manjate destacou o facto de o espaço digital não ser apenas um meio de comunicação, tornando-se também num espaço de convivência, participação cívica, construção de opinião e influência sobre processos sociais e democráticos (**Vide a intervenção [aqui](#)**).

- **Actividade 8. Participar em debates públicos ou eventos relevantes sobre direitos digitais** – Durante o semestre, a Cibercidadãos participou em cinco eventos directa e indirectamente ligados `a cidadania e direitos humanos no espaço digital, tal como abaixo descrito:

Conferência sobre sustentabilidade (Fundação MASC) - A CIBERCIDADÃOS, representada pelo Director Executivo, Ernesto Saúl, participou na 2.ª Edição do Congresso das Organizações da Sociedade Civil, realizada nos dias 13 e 14 de Maio de 2026, em Maputo (Organizada pela Fundação MASC em parceria com a Juntos), sob o lema “Fortalecer Capacidades, Construir Confiança e Sustentabilidade”. Embora o evento tenha abordado temas de interesse geral para a sustentabilidade das organizações, mereceu especial atenção o painel sobre inovação e direitos humanos no espaço digital, pelo seu alinhamento com as áreas de actuação da organização.

Encontro com o INTIC, IP e AMODEG - No encontro realizado na primeira quinzena de Junho do ano em curso, o INTIC apresentou o Centro de Internet Segura de Moçambique e discutiu mecanismos de cooperação para o reforço da segurança digital. Representada pela sua Vice-Presidente, Cecília Preciosa Cabsela, a CIBERCIDADÃOS defendeu uma abordagem centrada nas pessoas, conjugando o combate aos crimes cibernéticos com a protecção dos direitos digitais, a literacia digital e o apoio às vítimas, tendo o debate culminado com recomendações para a criação de mecanismos acessíveis de denúncia, assistência e remoção de conteúdos prejudiciais.



“A criação do Centro de Internet Segura em Moçambique deve estar assente no princípio dos Direitos Humanos, sem perder de vista a necessidade de acautelar o direito das pessoas ao esquecimento no espaço digital”, Cecília Preciosa Cabsela – Vice Presidente da CIBERCIDADÃOS, durante o

Webinário sobre control parental na prática - Realizado no dia 11 de Junho pelo INTIC, em parceria com a AMODEG, o debate “Controlo parental na prática” discutiu abordagens para a protecção de crianças e adolescentes no ambiente digital. Na ocasião, a CIBERCIDADÃOS apresentou o tema “Mediação digital e boas práticas”, defendendo a combinação das ferramentas de controlo parental com diálogo, educação digital e acompanhamento, tendo culminado com recomendações para o reforço da segurança, da privacidade, da comunicação e da confiança entre adultos e crianças ([Vide aqui a publicação sobre o evento](#)).

Webinário sobre protecção das crianças e raparigas no espaço digital: desafios e responsabilidades - O evento foi organizado pela AMODEG, em parceria com a Cibercidadãos e o INTIC, e participado pelo respectivo Director (da CIBERCIDADÃOS) enquanto painalista. Entre as questões levantadas, a Organização defendeu que o bem estar das crianças no espaço digital depende mais da relação que elas têm com seus pais e encarregados de educação e não apenas de medidas proibitivas e/ou restritivas.

Lançamento do Relatório sobre o Estado da Desinformação no Espaço Digital em Moçambique 2025 – Um evento do MISA, em formato virtual, realizado a 30 de Junho de 2026. Constituiu um momento de aprendizagem sobre os desafios e oportunidades no combate a desinformação no ecossistema digital moçambicano.

A participação nestes eventos contribuiu para dar visibilidade às posições da CIBERCIDADÃOS, reforçar a sua inserção no ecossistema digital e aproximá-la de actores com agendas convergentes. O desafio consiste em transformar esta presença institucional em influência verificável, por meio do acompanhamento das recomendações, da consolidação das relações estabelecidas e da sua conversão em iniciativas conjuntas, mudanças de práticas ou contributos para políticas públicas.

4.7. Matriz de resultados do objectivo 4: *Desenvolver parcerias institucionais e posicionamento da organização no ecossistema da sociedade civil*

RESULTADO	INDICADORES	ATIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Rede inicial de parceiros institucionais estabelecida	Número de parceiros identificados e parcerias estabelecidas	Actividade 9. Mapear e formalizar parcerias com organizações nacionais e internacionais com agendas relacionadas com direitos digitais.	Mapa de parceiros; memorandos de entendimento; documentos conceptuais; actas e correspondências institucionais.
	Número de redes que aprovam a CIBERCIDADÃOS como membro	Actividade 10. Aderir e filiar a organização em redes nacionais, regionais e internacionais que actuam em matérias de cidadania e direitos digitais.	Pedidos de adesão; correspondências; comprovativos de filiação e listas de membros das redes.

4.8. Resultado 5: *Rede inicial de parceiros institucionais estabelecida*

- **Actividade 9. Mapear e formalizar parcerias com organizações nacionais e internacionais com agendas relacionadas com direitos digitais** – Foram iniciadas discussões com parceiros para a criação do Observatório dos Direitos Digitais, a par da criação do Centro de Internet Segura, tal como abaixo descrito:

Parceria com a Cybersmart Group - a CIBERCIDADÃOS formalizou, a 26 de Junho, uma parceria com a Cybersmart Group, com a assinatura de um Memorando de Entendimento para a implementação do programa Cybersmart Mozambique.



“A redução das vulnerabilidades no espaço digital depende não apenas de legislação e tecnologia, mas também de cidadãos informados, capazes de exercer os seus direitos e adoptar comportamentos seguros no ambiente digital” – Aquílcia Manjate Joaquim, Presidente da CIBERCIDADÃOS, na assinatura do Memorando de Entendimento com a Cybersmart Group.

A parceria prevê a realização conjunta de acções de formação, sensibilização e capacitação, visando reforçar a literacia em segurança digital e promover uma cultura de prevenção dos riscos cibernéticos entre cidadãos e instituições. Neste momento decorre o mapeamento de potenciais parceiros/stakeholders para posterior definição, em Agosto próximo, da estratégia de implementação da parceria (**Vide [aqui](#) a publicação sobre o acto de assinatura**).

Observatório dos Direitos Digitais (ODD) – Numa iniciativa conjunta entre a AMODEG e a CIBERCIDADÃOS, foram iniciadas discussões para a criação do ODD, uma iniciativa que se espera seja espaço de articulação e solidariedade em matéria de Direitos Humanos no espaço digital. Neste momento, está em discussão o documento de conceito no qual se apresenta não apenas a relevância

da iniciativa, mas o modelo de Governação, fontes de recursos e mecanismos de implementação, incluindo os respectivos integrantes iniciais.

Integração no grupo constituinte do Centro e Internet Segura – a convite do INTIC, a CiberCidadãos integrou o grupo de entidades responsáveis pela criação do Centro de Internet Segura em Moçambique, a par da AMODEG. No primeiro encontro ficou acordado que seria organizado um seminário nacional, visando ampliar o debate sobre a estruturas e funcionamento do centro. Pretende-se, com a iniciativa, garantir que a presença de crianças e raparigas no espaço digital ocorra em ambiente seguro, dando resposta efectiva a potenciais ameaças.

Estas actividades contribuíram para o estabelecimento de uma rede inicial de parceiros institucionais, combinando uma parceria formalizada com duas iniciativas estratégicas de articulação em desenvolvimento. O Memorando de Entendimento com a Cybersmart Group criou uma base de implementação conjunta de acções de literacia e segurança digital. Adicionalmente, as concertações para a criação do Observatório dos Direitos Digitais aproximou a CIBERCIDADÃOS da AMODEG em torno da produção de conhecimento, solidariedade e defesa de direitos. A integração no grupo constituinte do Centro de Internet Segura, a convite do INTIC, inseriu a organização num processo multisectorial de protecção de crianças e raparigas no ambiente digital. Embora a filiação formal em redes ainda esteja em fase de preparação, estes avanços ampliaram os espaços de cooperação, o acesso a conhecimento especializado e as oportunidades de intervenção conjunta, reforçando o posicionamento da CIBERCIDADÃOS como interlocutor relevante no ecossistema moçambicano dos direitos digitais.

4.9. Quadro de resultados do objectivo 5. *Mobilizar recursos financeiros para sustentabilidade da organização*

RESULTADO	ACTIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<i>Organização com uma rede de parceiros e com propostas de projectos financiáveis submetidas</i>	Actividade 10. Realizar reuniões institucionais exploratórias com potenciais parceiros.	Actas ou memórias das reuniões; correspondências institucionais; registos de participação; publicação relativa ao encontro com a Delegação da União Europeia.
	Actividade 11. Mapear oportunidades de financiamento relevantes.	Mapa de potenciais financiadores e oportunidades de financiamento; chamadas de financiamento identificadas.
	Actividade 12. Registar a Organização nos sistemas de candidatura dos principais doadores, incluindo a União Europeia e fundações.	Comprovativo de registo na plataforma da Avery Dennison Foundation; correspondências relativas à validação do registo.
	Actividade 13. Elaborar e submeter, pelo menos, quatro propostas de financiamento.	Propostas submetidas à Embaixada da Alemanha e à Fundação Zendesk; comprovativos de submissão; correspondências com os financiadores.

4.10. Resultado 6: *Organização com uma rede de parceiros e com propostas de projectos financiáveis submetidas*

- **Actividade 10. Realizar reuniões institucionais exploratórias com potenciais parceiros**
 - Foram realizadas pelo menos 03 reuniões com potenciais doadores e parceiros, nomeadamente:

Reunião com a União Europeia – a CIBERCIDADÃOS manteve, no dia 24 de Junho, um encontro de trabalho com a Delegação da União Europeia em Moçambique, destinado a explorar possibilidades de cooperação nas áreas de cidadania digital, cibersegurança e direitos digitais. A reunião, participada pelo Director Executivo da CIBERCIDADÃOS e pela Oficial de Comunicação e Advocacia, Leila Chingubo, permitiu identificar interesses convergentes relacionados com o quadro regulatório, a literacia digital, a Inteligência Artificial e o combate à desinformação, criando bases para o desenvolvimento de futuras sinergias. As partes manifestaram a vontade de continuar a cooperar em vários domínios. Participaram no encontro o Director Executivo da Cibercidadãos e a Oficial de Comunicação, Leila Chingubo.



Foto: Director Executivo da CIBERCIDADÃOS, Ernesto Saúl em reunião com a equipa da União Europeia

Parceria com o MISA Moçambique – Além destes encontros, a Organização mantém conversações com o MISA, por formas a estreitar uma parceria que inclua, mas não apenas, a mobilizaçã conjunta de recursos, a partilha de infraestruturas para o funcionamento da Cibercidadãos e implementação de iniciativas de interesse comum. Decorre, neste momento, a produção do Memorando de Entendimento que irá viabilizar a parceria.

Fundação MASC – Foi realizado um encontro com a Fundação MASC, para a apresentação da CIBERCIDADÃOS e exploração de oportunidades de parceria em áreas de interesse comum. Embora não tenha resultado em financiamento concreto, ficou o reconhecimento da abordagem inovadora da CiberCidadãos (o espaço digital), ficando em aberto futuras colaborações, mediante disponibilidade de recursos.

- **Actividade 11. Mapear oportunidades de financiamento relevantes** – Foram mapeados 10 potenciais doadores, dois dos quais representados em Moçambique (União Europeia e Embaixada da Alemanha) e os restantes 08 ao nível regional (SADC), continental e global. Todavia, parte das chamadas já haviam sido lançadas antes do início das intervenções da Organização, impossibilitando possíveis candidaturas, dado o curto espaço de tempo disonível para a elaboração das candidaturas fortes e financiáveis. Ainda assim, algumas permanecem abertas ao longo do ano.

Este exercício constitui uma ponto de partida para futura diversificação das fontes de recursos, mas não representa, por si só, uma melhoria da capacidade financeira da Organização. O principal resultado desta fase é a criação de informação estratégica para antecipar calendários, seleccionar oportunidades compatíveis com as prioridades institucionais e preparar candidaturas com maior antecedência. Além disso, a predominância de financiadores internacionais pode aumentar a concorrência e exigir requisitos institucionais mais complexos. Por isso, a Organização irá optar pela produção de uma estratégia de mobilização de recursos que priorize oportunidades, defina responsabilidades e prazos e acompanhe a conversão dos financiadores identificados em candidaturas submetidas, parcerias estabelecidas e recursos efectivamente mobilizados (**Vide o mapa em anexo**).

Actividade 12. Registrar a organização nos sistemas de candidatura dos principais doadores (UE, fundações, etc.) – Procedeu-se ao registo na plataforma de candidatura da Avery Dennison Foundation. A chamada deste doador é aberta (ao longo do ano), procedendo trimestralmente à avaliação das propostas submetidas. Todavia, a submissão de propostas decorre apenas depois da validação do processo de registo, com o propósito de evitar que proponentes inelegíveis desperdicem tempo na concepção de propostas à partida improcedentes, por desalinhamento institucional com as prioridades do doador.

Actividade 13. Elaborar e submeter pelo menos 4 propostas de projecto – Durante o primeiro semestre, foram elaboradas e submetidas duas propostas de projectos, correspondendo a 50% da meta anual estabelecida. A primeira foi apresentada à Embaixada da Alemanha em Maputo e a segunda à Fundação Zendesk, entidade internacional que apoia iniciativas orientadas para a produção de resultados escaláveis por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação. Ambas as candidaturas encontram-se em processo de avaliação, estando as respectivas respostas previstas até Setembro de 2026.

A submissão de duas propostas resulta do mapeamento de potenciais doadores anteriormente mencionado, um avanço relevante na construção da sustentabilidade financeira da Organização. Contudo, a submissão constitui um resultado intermédio, cujo efeito dependerá da aprovação das candidaturas e da consequente mobilização de recursos. O alcance de 50% da meta no primeiro semestre indica condições favoráveis para a sua concretização integral, mas exige a manutenção de uma carteira diversificada de oportunidades, evitando que o desempenho financeiro dependa apenas das decisões dos já referidos doadores. Será igualmente importante acompanhar não só o número de

propostas submetidas, mas também a sua qualidade, taxa de aprovação e contribuição para as prioridades estratégicas da CIBERCIDADÃOS.

4.11. Matriz de resultados do objectivo 6: Desenvolver base inicial de conhecimento sobre cidadania digital em Moçambique

RESULTADOS	INDICADORES	ACTIVIDADES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Aumentada a disponibilidade de informação consistente e de consulta sobre o ambiente digital.	Número de produtos de conhecimento produzidos	Actividade 14. Elaborar uma breve nota analítica anual sobre o estado da cidadania digital em Moçambique.	Nota analítica publicada; registo de divulgação nas plataformas institucionais.
	Número de produtos de conhecimento produzidos	Actividade 15. Produzir e difundir nove vídeos sobre riscos e desafios do quadro legal no espaço digital.	Vídeos publicados; registos de divulgação e métricas das plataformas digitais.
	Número de produtos de conhecimento produzidos	Actividade 16. Produzir nove boletins informativos mensais sobre as principais iniciativas desenvolvidas pela organização.	Boletins publicados; exemplares disponíveis no website e nas redes sociais.

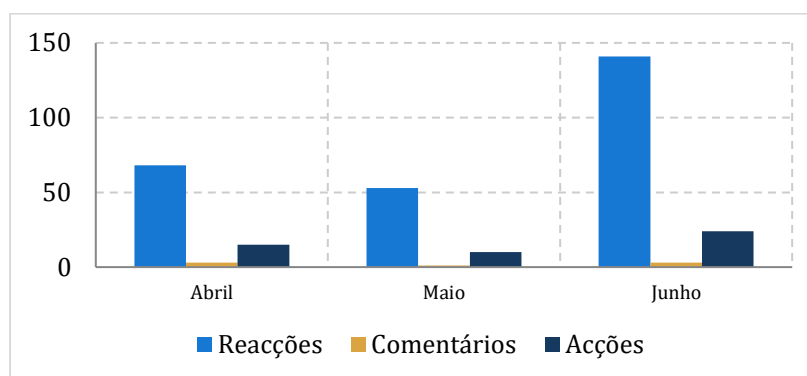
4.12. Resultado 7: Aumentada a disponibilidade de informação consistente e de consulta sobre o ambiente digital.

- **Actividade 14. Elaborar uma breve nota analítica anual sobre o estado da cidadania digital em Moçambique** – Embora análises tenham sido realizadas (Policy briefs e posicionamentos), esta actividade, tal como ela se apresenta, ainda não foi realizada, transitando para o segundo semestre.
- **Actividade 15. Produzir e difundir 09 vídeos sobre riscos e desafios do quadro legal no espaço digital** – Além de ter sido produzido um video no quadro da advocacia sobre a proposta de lei de protecção de dados pessoais (**Vide o video [aqui](#)**), foi iniciado o processo de produção de outros 07, inseridos na campanha os três erros. Trata-se de uma iniciativa interna, em parceria com a COMUNIQ, empresa de comunicação. A campanha visa consciencializar os cidadãos sobre os cuidados a ter em prol da sua segurança no espaço digital. O conteúdo reavivou o debate em torno do instrumento legal depositado pelo governo no parlamento, cujo debate ainda prevalece sem data.
- **Actividade 16. Produzir 09 Boletins informativos mensais sobre as principais iniciativas desenvolvidas pela Organização** - Trata-se de uma actividade pendente e dependente do recrutamento de uma assistente de comunicação com responsabilidades de produzir este material informativo.

Alcance dos conteúdos nas plataformas digitais (facebook) – Durante o semestre, os conteúdos organizacionais publicados no Facebook geraram **416** interações. Maio foi o mês com baixo desempenho (**64** interações contra **98** registadas em Março), seguida de uma recuperação expressiva em Junho, que alcançou **168** interações e concentrou cerca de **40%** do total registado no período. Este resultado indica um reforço significativo do envolvimento do público no final do semestre.

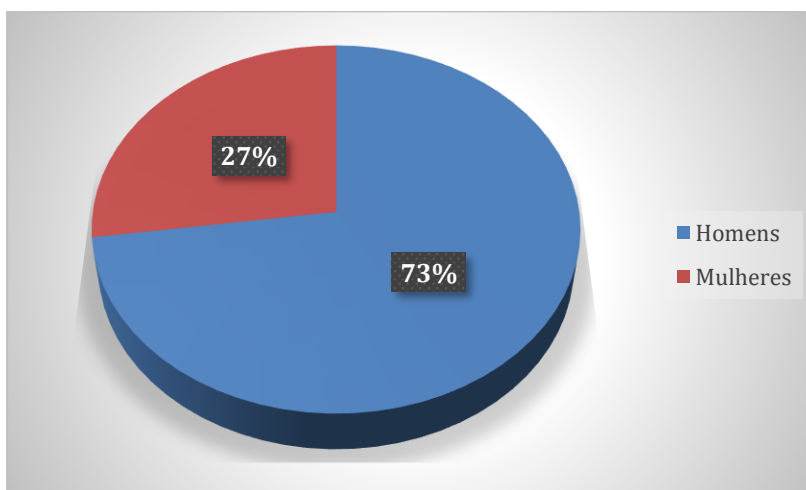
Entre Abril e Junho, as reacções representaram cerca de **82%** das interacções, enquanto as partilhas corresponderam a aproximadamente **15%** e os comentários a apenas **2%**. Cerca de **75%** das interacções foram realizadas por seguidores, demonstrando maior mobilização da audiência já estabelecida, embora Junho tenha registado uma participação mais expressiva de não seguidores. As fotografias responderam por aproximadamente **91%** das interacções, confirmando a sua centralidade na comunicação da organização, enquanto histórias, carrosséis, links e outros formatos tiveram uma contribuição residual, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 3. Tendências de interacção no facebook de Abril a Junho de 2026



Relativamente ao mês de Março, embora os dados gerais tenham sido incorporados na análise geral, e cujas métricas não podem ser equiparadas aos restantes meses, por comportar dados dos meados desse mês. Importa destacar que as publicações foram visualizadas por um público maioritariamente masculino, tal como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 4. Distribuição do público dos conteúdos do facebook por género

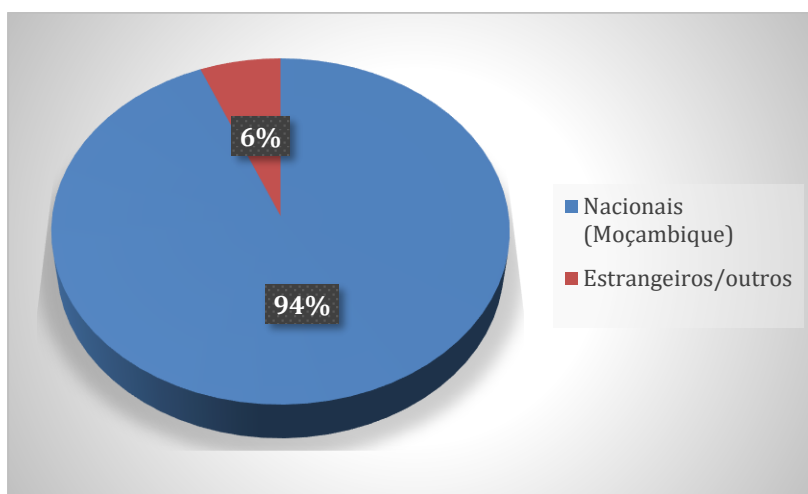


A predominância masculina sugere um alcance desigual das mensagens, com menor envolvimento das mulheres, apesar da sua maior exposição a determinadas vulnerabilidades digitais. Para equilibrar essa participação, a Organização irá adoptar uma estratégia intencional de alcance feminino, recorrendo à segmentação do público, à divulgação em espaços e redes

frequentados por mulheres, a parcerias com organizações femininas e à monitoria regular dos resultados por género, sem reduzir o envolvimento masculino.

Sob ponto de vista de origem ou ponto geográfico de acesso aos conteúdos publicados, boa parte dos conteúdos alcançaram internautas moçambicanos, perfazendo 94% dos acessos, com a restante percentagem sendo coberta por um público estrangeira. Da audiência estrangeira, destacar-se o Botswana (1,5%), seguido do Brasil (0,9%), Alemanha (0,7%) e Portugal (0,5%), enquanto outros países totalizaram 2,6%, conforme ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 5. Distribuição geográfica do público da Organização no facebook



A predominância do público nacional contribui para o resultado anual de ampliar a literacia e a consciência dos cidadãos moçambicanos sobre direitos e responsabilidades no espaço digital. Paralelamente, a presença ainda limitada de públicos estrangeiros representa um ponto de partida para o reforço da visibilidade regional e internacional da CIBERCIDADÃOS, com potencial para favorecer intercâmbios, parcerias e oportunidades de mobilização de recursos, relevantes para a sustentabilidade institucional e programática da organização.

5. LEITURA DO ALCANCE DOS RESULTADOS GLOBAIS

- **RESULTADO GLOBAL 1: CIBERCIDADÃOS formalmente estabelecida, com órgãos sociais operacionais, e concorrendo para a sustentabilidade das suas intervenções** – As acções desenvolvidas durante o semestre permitiram avanços significativos na materialização deste resultado, expressos na publicação dos estatutos no Boletim da República, na realização da Assembleia-Geral constituinte e electiva e na criação das plataformas institucionais de comunicação. Estas realizações estabeleceram bases jurídicas, de governação e visibilidade essenciais ao funcionamento da Organização. A consolidação do resultado dependerá da obtenção da certidão definitiva e do NUIT, bem como da subsequente abertura da conta bancária institucional.

- RESULTADO GLOBAL 2: Arquitectura institucional de governação, gestão administrativa, financeira e de integridade organizacional estruturada e em funcionamento, respeitando os padrões de transparência e eficiência institucional** – Foram estabelecidos os principais fundamentos desta arquitectura, através da elaboração do Plano Estratégico, das políticas de género, PSEA, antifraude e anticorrupção, protecção da criança e protecção de dados pessoais, bem como da directriz de adesão de membros. O resultado encontra-se em fase avançada de concretização, devendo ser consolidado com a aprovação dos instrumentos ainda pendentes, a conclusão do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros e a sua aplicação efectiva no funcionamento da Organização.
- RESULTADO GLOBAL 3: CIBERCIDADÃOS com capacidade institucional instalada para mobilização de recursos e desenvolvimento de programas, incluindo habilitação para acesso a mecanismos de financiamento nacionais e internacionais** – A Organização estabeleceu uma base inicial promissora para a mobilização de recursos, mediante o mapeamento de dez potenciais financiadores, o registo numa plataforma de candidaturas, a realização de reuniões exploratórias e a submissão de duas propostas de financiamento. Estes avanços demonstram a transição da identificação de oportunidades para a procura efectiva de recursos. O aprofundamento desta capacidade dependerá (não só) da conclusão da formalização institucional, da abertura da conta bancária e da ampliação do registo nos sistemas dos principais doadores.
- RESULTADO GLOBAL 4: Estabelecida rede inicial de cooperação e diálogo institucional com organizações da sociedade civil, instituições académicas, media e outros actores relevantes do ecossistema digital** – O resultado registou progressos relevantes, sustentados pela formalização da parceria com a Cybersmart Group, pelas articulações para a criação do Observatório dos Direitos Digitais e do Centro de Internet Segura e pelo diálogo estabelecido com instituições como a União Europeia, o MISA Moçambique, a Fundação MASC, o INTIC e a AMODEG. Estas relações ampliaram a inserção institucional da CIBERCIDADÃOS e criaram oportunidades para iniciativas conjuntas, partilha de conhecimentos, advocacia e mobilização de recursos. A consolidação do resultado exigirá a conversão destas articulações em planos de trabalho, actividades e resultados mensuráveis.
- RESULTADO GLOBAL 5: Reforçada a literacia digital e a consciência cívica dos cidadãos sobre direitos, responsabilidades e práticas responsáveis no uso das tecnologias digitais** – A produção de 17 conteúdos educativos, a realização de webinários, a participação em debates e o início da produção de vídeos ampliaram a disponibilidade de informação sobre segurança, privacidade, desinformação e direitos digitais. Embora a audiência das plataformas ainda esteja em crescimento e não tenha sido medida a mudança efectiva nos conhecimentos, atitudes e práticas, as reacções, partilhas e comentários registados demonstram interesse e uma capacidade inicial do público para reflectir e participar no debate sobre estas matérias.

- **RESULTADO GLOBAL 6: RCIBERCIDADÃOS posicionada como actor relevante no debate público sobre cidadania digital, direitos humanos e responsabilidade no uso das tecnologias em Moçambique** – O resultado apresenta avanços consistentes, decorrentes da publicação de documentos analíticos e posicionamentos públicos, da realização de webinários e da participação em eventos e processos de auscultação. As intervenções sobre o quadro legal da cibersegurança, a protecção de dados pessoais e o caso Estácio Valoi reforçaram a visibilidade e o reconhecimento institucional da Organização, demonstrando capacidade de resposta fundamentada a questões emergentes. A consolidação deste posicionamento dependerá da continuidade das intervenções, da ampliação do alcance público e da produção regular de conhecimento qualificado.

6. DESAFIOS

- **Conclusão do processo de formalização legal**, incluindo a escritura pública, a obtenção da certidão definitiva e do NUIT;
- **Ausência de uma conta bancária institucional**, situação que condicionou a gestão financeira, a recepção de fundos e o acesso a determinadas oportunidades de financiamento;
- **Insuficiência de recursos financeiros e dependência de colaboradores voluntários**, limitando a disponibilidade regular da equipa, a capacidade operacional e a execução integral das actividades planificadas;
- **Finalização e operacionalização dos instrumentos de gestão**, particularmente o Plano Estratégico e o Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros;
- **Mobilização de financiamento abaixo do previsto**, com duas das quatro propostas planificadas submetidas e ainda sem confirmação de apoio financeiro.

7. CONCLUSÕES

O primeiro semestre de 2026 permitiu à CIBERCIDADÃOS avançar na estruturação institucional e iniciar uma intervenção programática consistente nos domínios da cidadania e dos direitos digitais. Apesar da execução parcial de algumas actividades, registaram-se progressos na formalização, elaboração de instrumentos de gestão, produção de conteúdos, promoção do debate público, estabelecimento de parcerias e mobilização de recursos.

Os resultados alcançados demonstram a pertinência da agenda da Organização e a sua capacidade de contribuir para discussões relevantes sobre cibersegurança, protecção de dados pessoais, liberdade de expressão, literacia digital e segurança em linha. Todavia, a insuficiência de recursos financeiros, a dependência de colaboradores voluntários, a ausência de uma conta bancária

institucional e os procedimentos legais ainda pendentes limitaram o ritmo e a abrangência da implementação.

No período seguinte, a prioridade deverá incidir na conclusão da formalização institucional, operacionalização dos instrumentos de gestão, mobilização de financiamento e execução das actividades pendentes. Será igualmente importante ampliar o alcance das plataformas digitais, fortalecer as parcerias estabelecidas e melhorar a monitoria dos resultados, assegurando maior sustentabilidade e continuidade às intervenções da CIBERCIDADÃOS.

8. LIÇÕES APRENDIDAS

- **A visibilidade institucional avançou mais rapidamente do que a capacidade administrativa da Organização** - A CIBERCIDADÃOS participou em debates, publicou posicionamentos e estabeleceu relações institucionais antes de concluir o processo de aquisição de parte importante de documentos institucionais como o NUIT, a abertura da conta bancária e alguns instrumentos de gestão. Esta experiência mostrou a necessidade de equilibrar a projecção pública com o reforço dos sistemas internos, evitando que oportunidades de parceria ou financiamento ultrapassem a capacidade administrativa disponível.
- **A sequência das actividades deve considerar as relações de dependência entre os processos** - A demora na escritura pública afectou a obtenção da certidão definitiva e do NUIT, que, por sua vez, impediu a abertura da conta bancária. Nos próximos ciclos, estes procedimentos deverão ser tratados como etapas críticas, com prazos, responsáveis e alternativas claramente definidos.
- **O cumprimento de metas de produção não demonstra, por si só, o alcance do resultado** - Embora a meta de conteúdos educativos tenha sido ultrapassada, o alcance das plataformas permaneceu limitado. Tornou-se evidente que os indicadores devem medir não apenas o número de produtos publicados, mas também a sua circulação, utilização e influência nos conhecimentos e práticas dos públicos.
- **As intervenções ligadas a acontecimentos inesperados ou emergentes geraram maior relevância do que alguns produtos previamente planificados** - Os posicionamentos sobre o pacote legislativo de cibersegurança e o caso Estácio Valoi permitiram uma intervenção oportuna em debates nacionais. Esta experiência recomenda a manutenção alguma flexibilidade no plano, reservando capacidade para responder a questões emergentes sem comprometer as actividades regulares.

Maputo, Junho de 2026

O Director Executivo

Ernesto Saúl